

ARQUEOLOGIA E GÉNERO(S): DE *STRANGE BEDFELLOWS* A UM PARADIGMA DE LEITURA CRÍTICA DO PASSADO

Francisco B. Gomes¹

Resumo: A emergência de uma reflexão crítica sobre as Identidades de Género na prática arqueológica e no discurso sobre o Passado é um facto relativamente recente. Não obstante, a Arqueologia Feminista e a Arqueologia de Género têm já uma interessante e complexa história disciplinar, que ecoa os debates sobre a condição da Mulher, o Género e a Sexualidade no campo mais lato das Ciências Sociais. Neste trabalho procuraremos em primeiro lugar contextualizar a Arqueologia Feminista e a Arqueologia de Género nesses debates, expondo em seguida brevemente as principais linhas de força da evolução desses corpos teóricos dos anos 80 ao presente. Finalmente, procurar-se-á apresentar em traços largos o potencial da Arqueologia de Género para a análise de uma realidade arqueológica concreta: a Idade do Ferro Orientalizante.

Palavras-chave: Identidades; Feminismo; Arqueologia de Género; Agenda; Idade do Ferro Orientalizante.

Abstract: The emergence of a critical reflexion about Gender Identities in the archaeological practice and in the discourse about the Past is a fairly recent development. None the less, Feminist Archaeology and Gender Archaeology have already an interesting and complex disciplinary history, one which echoes the debate about the condition of Woman, Gender and Sexuality in the broader field of the Social Sciences. In this paper we attempt in the first place to contextualize Feminist and Gender Archaeology in those broader debates, presenting afterwards in a brief way the main lines of the evolution of those theoretical bodies from the 1980's up to the present. Finally, we will attempt to establish in broad terms the potential of Gender Archaeology to the analysis of a concrete archaeological reality: the Orientalizing Iron Age.

Key-words: Identities; Feminism; Gender Archaeology; Agenda; Orientalizing Iron Age.

¹ Mestrando em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Colaborador do Uniarq – Centro de Arqueologia da UL.

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

É quase um lugar-comum afirmar, nos dias que correm, que as questões ligadas à *Identidade* estão na ordem do dia. Num mundo em acelerada globalização é inevitável que um certo sentimento de perda se consubstancie num recrudescer de políticas identitárias em maior ou menor grau radicalizadas. Também no campo da investigação científica, e com particular premência das Ciências Sociais e Humanas, o advento da Pós-Modernidade, com a sua ênfase numa certa subjectividade epistemológica e no valor da pluralidade, potencia um interesse sem precedentes nas questões da identidade, da sua origem, manipulação e devir (Insoll, 2007).

O *Género*, enquanto *categoria identitária*, é uma realidade muito recente, que visa substituir a mais tradicional adscrição a um *Sexo* biológico, tendo a distinção entre estas duas categorias sido objecto de animado e nutrido debate no seio das Ciências Sociais. O conceito de *Género* foi pela primeira vez dissociado do *Sexo* biológico na sequência dos trabalhos do psiquiatra americano **John Money** nos anos 50 do Século XX (Hernando Gonzalo, 2007: 169). Tendo trabalhado sobre a definição sexual de indivíduos nascidos hermafroditas, Money deparou-se com casos em que a educação ministrada durante a infância não correspondera ao sexo que, posteriormente, se revelara predominante, tendo verificado que a identidade desses indivíduos se conformava primariamente ao padrão inculcado pela educação e não ao seu sexo biológico. Assim, para descrever esta dinâmica identitária autónoma do conceito biológico *Sexo*, esboçou pela primeira vez o conceito de *Género* (*idem, ibidem*).

Adoptado desde cedo, nomeadamente ao nível da crítica Feminista, o conceito de *Género* tornou-se sinónimo de construção social, produto da formação individual, por oposição a uma categoria sexual biológica, de cariz determinista, que se pretendia rechaçar (Alberti, 2005: 107). Esta nova matriz explicativa permitiu ao Feminismo dito «de Segunda Vaga» alargar a crítica às estruturas androcêntricas do poder, construindo um discurso assente no princípio da Igualdade de *Género* – uma vez que este passa sobretudo pela forma como a Sociedade constrói as diferenças entre indivíduos, e não por um qualquer factor biológico finito e inelutável, defende-se a necessidade premente de uma reestruturação das concepções sociais relativas ao papel da Mulher como pré-requisito da construção de um corpo social mais justo, igualitário e coerente.

Esta é, de facto, uma viragem importante, imposta sobretudo pela percepção crescente de que a estrutura conceptual do Feminismo Liberal, dito «de Primeira Vaga» – assente no princípio de que bastava alterar a estrutura normativa, jurídica, que enformava a sociedade para alcançar uma Igualdade efectiva – era essencialmente ingénuo e limitado (Hekman, 2006: 91). Serão os anos 60, como em tantos outros aspectos, o ponto de viragem marcante. O

Género torna-se o conceito operativo central da crítica Feminista, de tal modo que a frase emblemática de **Simone de Beauvoir**, abertura do seu *Le Deuxième Sexe* de 1949, se torna bandeira e lema do renovado movimento feminista:

On ne naît pas femme: on le devient (Beauvoir, 1949).

A reivindicação feminista passa, pois, a enfatizar a necessidade de uma efectiva Igualdade de Género, a alcançar mediante uma análise social crítica que visa tornar a mulher visível em todos os contextos – políticos, antropológicos, culturais e históricos – ao mesmo tempo que se expõem as bases dos preconceitos sobre o papel da mulher e os fundamentos da dominação masculina (Hekman, 2006: 92).

No entanto, o discurso deste Feminismo «de Segunda Vaga», tocado pelo Marxismo e pelo Estruturalismo, começará nos anos 80 a sofrer um processo de crítica interna que se intensificará com o advento da Pós-Modernidade e com o chamado Feminismo «de Terceira Vaga», Feminismo Radical ou **Pós-Feminismo** (*idem*: 92-3). Como refere I. Whelehan (1995: 10), «...once feminists had discovered that ‘woman’ could only be defined as ‘not man’ – outside or invisible in mainstream forms of knowledge – the chief difficulty lay in finding a language which could articulate the specificity of female experience as both critique and manifesto for change.»

Procuraremos iniciar a exposição que se segue com algumas reflexões sobre o panorama da investigação sobre as questões da Identidade de Género nos últimos vinte anos, enfatizando a riqueza das múltiplas linhas adscritas ao pensamento crítico contemporâneo e a multivocidade do discurso pós-moderno sobre o tema.

O Género nas Ciências Sociais: uma categoria contestada

Em 1990 **Judith Butler** publica o seu livro seminal *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Esta obra impôs-se como a matriz genética de uma forma renovada de abordar o Género nas Ciências Sociais e Humanas. O trabalho daquela investigadora americana, reforçado e expandido com a publicação em 1993 de *Bodies That Matter: On The Discursive Limits Of Sex*, marca a emergência de uma forma radicalmente nova de encarar os problemas do Género e da Identidade Sexual, conformando a génese da chamada *Teoria Queer* e convergindo com a emergência do chamado Pós-Feminismo, ou Feminismo «de Terceira Vaga».

De facto, nos finais dos anos 80 e, sobretudo, nos inícios da década de 90 verifica-se uma nova migração no discurso sobre o Género, de um paradigma de Igualdade – dominante no discurso

Feminista desde as suas origens, e particularmente potenciado, como vimos, pela introdução do conceito operativo *Género* – para uma ênfase na Diferença, convergente com a tendência geral da Pós-Modernidade para a pulverização dos discursos científicos e sociais e das próprias Identidades (Hekman, 2006: 94-5).

Particularmente influentes nesta verdadeira mudança de paradigma são os trabalhos de uma das grandes figuras do pensamento contemporâneo, **Michel Foucault**, cuja *História da Sexualidade*, em três volumes (Foucault, 1976; 1984a; 1984b), marcada por uma linha anti-essencialista, enfatiza a necessidade de valorizar o contexto histórico e cultural que enforma as distintas manifestações – e manipulações – da Identidade de Género. Esta linha de análise foi amplamente adoptada pelo renovado campo disciplinar dos *Estudos de Género*, que procurará daí em diante expor a diversidade da experiência humana neste campo concreto, abandonando a busca de aspectos transculturais nas relações de Género, tão cara ao Feminismo «de Segunda Vaga», em detrimento de abordagens *micro* que tecem um panorama multifacetado e de grande complexidade (Hall, 2006: 104).

Bebendo em trabalhos anteriores (não apenas de Foucault, mas também de outros nomes maiores do Feminismo, como Julia Kristeva ou Lucia Irigaray), Judith Butler (1990; 1993) propõe, por seu turno, que as identidades e relações de Género assentam exclusivamente em práticas performativas e discursivas. Para aquela investigadora, a categoria *Mulher* é uma ficção, criada e mantida pela repetição reiterada de determinados comportamentos que se pressupõe próprios da *Mulher*². Esta perspectiva ecoa, na nossa perspectiva, de forma muito clara a Teoria da Prática de **P. Bourdieu** (1977) e o seu conceito de *habitus* – uma noção inconsciente e naturalizada, mas socialmente construída e constantemente negociada, do que se espera do membro de um determinado grupo (Barrett, 2005).

Embora esta nova visão radical da identidade enquanto performance tenha sido acolhida com algum temor pela Teoria Feminista, ameaçada no seu próprio âmago – a noção de *Mulher*, de *Feminino* – a verdade é que Butler reequaciona a tónica das relações de Género, explorando amplamente a possibilidade de introduzir elementos de subversão nessa prática performativa que conforma a identidade individual (Hekman, 2006: 99).

A partir dos seus trabalhos desenvolve-se a chamada *Teoria Queer*, um corpo teórico que aborda o estudo da Sexualidade e das suas manifestações culturais de um ponto de vista de permanente subversão, de rejeição sistemática das metanarrativas, da univocidade, enfatizando a mutabilidade e a subjectividade (Cascais, 2004; O'Rourke, 2006). Este novo

² Este princípio pode, por outro lado, transpor-se facilmente para a definição da(s) Masculinidade(s).

campo de análise, que paulatinamente se tem alastrado a todos os campos das Ciências Sociais e Humanas, oferece um tremendo potencial de subversão das normas estabelecidas no que elas têm de mais opressivo e limitador, radicalizando o discurso sobre o Género e sobre as Identidades e Práticas Sexuais.

2. O GÉNERO NO DISCURSO DA ANTROPOLOGIA E DA ARQUEOLOGIA

As leituras antropológicas e etnográficas relativas às Identidades e relações de Género permaneceram durante a maior parte da história daquelas disciplinas profundamente dependentes de modelos conceptuais assentes em preconceitos sobre o comportamento feminino expectável, sobre o papel da mulher na Sociedade e nas dinâmicas da Produção. A Mulher, entendida como elemento passivo, dependente, ligada à esfera do doméstico, a actividades produtivas “secundárias”, foi sistematicamente lida de forma imediata e acrítica como patenteando certos caracteres preconcebidos (Gilchrist, 1999: 37).

A própria prática científica acentuou essa tendência: na realização de levantamentos etnográficos, por exemplo, os informadores masculinos e a sua perspectiva foram sistematicamente sobrevalorizados em detrimento da perspectiva das mulheres que, além disso, mostravam – compreensivelmente, diríamos – maior relutância em entabular conversações com os antropólogos, que, no fundo, eram essencialmente homens estranhos à comunidade (Conkey e Spector, 1984: 4).

O advento do Feminismo de «Segunda Vaga» encontra ecos muito substanciais no pensamento Antropológico, gerando-se uma importante vaga crítica no seio daquela disciplina, pretendendo expor as tendências androcêntricas na prática científica e na construção do discurso, por um lado, e por outro dar visibilidade às mulheres no registo etnográfico, arqueológico e, de uma maneira geral, nos modelos antropológicos sobre a(s) Sociedade(s) (*idem*: 3).

A investigação em Evolução Humana, por exemplo, sendo particularmente influenciada pela Primatologia, disciplina onde a investigação no feminino é muitíssimo abundante (Fedigan, 1997), mostrou uma particular propensão para a crítica feminista (Hager, 1997). Os conceitos Darwinistas que perduraram naquele campo de investigação até muito tarde potenciaram um conjunto de leituras marcadas por um gritante sexismo, particularmente visível na consideração das estratégias de divisão sexual do trabalho, que cristalizam no modelo conhecido como “*Man the Hunter*” (Lee e Devore, 1968). Este modelo, que assume acriticamente a passividade das mulheres enfatizando a agressividade e a importância das actividades cinegéticas desenvolvidas pelos homens, tem sido sistematicamente criticado, tendo-se proposto como alternativa desde um ponto de vista claramente influenciado pelo

feminismo um modelo designado “*Woman the Gatherer*” (Dahlberg, 1981), que valoriza a importância das mulheres na socialização do grupo, para além de sublinhar o peso da componente vegetal nas dietas das comunidades de caçadores-recolectores.

Leituras como a do modelo “*Man the Hunter*” são recorrentes no discurso antropológico e arqueológico, e apesar de uma certa pretensão de objectividade, contribuem claramente para a naturalização das estruturas sociais do presente. É este androcentrismo consubstanciado num discurso com notas de essencialismo muito marcadas que a crítica feminista, influenciada pelo Feminismo «de Segunda Vaga», irá criticar activamente, procurando por um lado denunciar a marginalização das mulheres na prática científica do presente e, por outro, torná-las visíveis no discurso sobre as sociedades do Presente e do Passado.

No que diz respeito à Arqueologia, e não obstante a existência de alguns trabalhos anteriores que sugerem uma certa sensibilidade aos temas do Género (Berrocal, 2009: 28), é universalmente reconhecido que o momento fundacional de uma linha de abordagem arqueológica às questões do Género se dá em 1984 com a publicação por Margaret Conkey e Janet Spector do seu artigo pioneiro *Archaeology and the Study of Gender*. Este artigo serviu um propósito duplo: por um lado, expor a forma como a prática e o discurso arqueológico e a própria epistemologia da disciplina eram, e têm sido, sistematicamente dominados pelos homens, com uma conseqüente e efectiva marginalização profissional e intelectual das mulheres; por outro, abrir algumas perspectivas metodológicas para o estudo das mulheres no registo arqueológico, com o objectivo de lhes conferir uma visibilidade que até então lhes fora negada (Conkey e Spector, 1984: 2).

O resultado imediato deste trabalho pioneiro consubstanciou-se numa multiplicação nos anos seguintes das iniciativas – Conferências, Palestras e Encontros Científicos – dedicados aos temas da leitura arqueológica do Género, com uma correspondente multiplicação das publicações sobre o tema (Berrocal, 2009: 28-9). Destacá-íamos pela sua importância a *Wedge Conference* de 1988, organizada por Margaret Conkey e Joan Gero, na qual se pediu a um conjunto de investigadoras que reflectissem sobre a forma como se poderia aplicar uma agenda de Género aos seus respectivos campos de estudo. Esta Conferência saldou-se, em 1991, pela publicação do importante volume *Engendering Archaeology: Women and Prehistory*, e num sentido mais lato por uma sensibilização da investigação não necessariamente conotada com uma postura feminista para o potencial e o interesse do estudo das relações de Género no registo arqueológico.

Aquele influente volume estrutura, além disso, três importantes vectores de abordagem que se desenvolverão na Arqueologia Feminista e na Arqueologia de Género posteriores: por um lado, a crítica ao androcentrismo vigente na prática arqueológica; por outro, a falta de

visibilidade das mulheres no registo arqueológico; e, finalmente, a falta de reflexão e de conceptualização patente nas abordagens tradicionais às relações de Género no Passado, que conduz a discursos de marcado pendor presentista e essencialista (Berrocal, 2009: 29).

Na nossa opinião, estes primeiros momentos da crítica feminista em Arqueologia correspondem a uma convergência, de resto tardia, da disciplina com a agenda do Feminismo de «Segunda Vaga». Como ficou expresso no início deste trabalho, a renovação das agendas Feministas a partir de finais dos anos 60 passaram por uma crescente compreensão de que os pressupostos da subordinação feminina estavam profundamente enraizados e como que naturalizados na própria estrutura social vigente, sendo pois necessária uma acção política eficaz assente na exposição e denúncia desses pressupostos, “desnaturalizando-os” e criticando-os como construções sociais e não como verdades naturais, por um lado, e num esforço concertado para dar visibilidade às mulheres em todos os seus contextos de acção, tanto do Presente como do Passado.

As primeiras abordagens ao Género no registo arqueológico privilegiaram, do ponto de vista metodológico, duas vertentes muito concretas. Por um lado, uma abordagem ligada à Antropologia física e à adscrição dos restos humanos recuperados em contextos arqueológicos a um Sexo biológico e, concomitantemente, a um Género. Esta abordagem tem perigos evidentes: por um lado, tende a minimizar a separação Sexo/Género que está na origem de muito do próprio discurso crítico feminista, havendo uma margem ainda assim importante para a introdução de matizes algo preconceituosos. Não obstante, o cruzamento desses dados biológicos com o seu contexto, nomeadamente com os espólios votivos no caso das Necrópoles, contribuiu de forma evidente para desmontar, pelo menos parcialmente, certas associações simplistas consagradas no discurso tradicional (p. ex., armas = homens; elementos de adorno = mulheres) (Díaz Andreu, 2005: 33-4).

Por outro lado, enfatizou-se a abordagem ao papel produtivo da mulher no seio das Sociedades em análise. Desde o modelo “*Woman the Gatherer*” a que nos referimos anteriormente, até a um conjunto de abordagens que procura descodificar as especificidades da cultura material feminina e compreender a relevância dos produtos do trabalho da mulher (como, por exemplo, os tecidos, Brumfiel, 2007) ou o papel da mulher na origem e desenvolvimento de inovações produtivas de primeira importância, como a própria agricultura, tradicionalmente considerada uma inovação masculina (apesar de os recursos vegetais serem, nos momentos imediatamente anteriores, conotados com o trabalho feminino) (Gilchrist, 1999: 22-3), a importância do trabalho feminino sofreu uma profunda reavaliação.

A Arqueologia Pós-processual e o Género

Contudo, desde muito cedo a abordagem às questões da Identidade, e naturalmente também do Género e da Sexualidade de uma forma geral, intersectarão a agenda da Arqueologia Pós-processual. Embora muito criticada por alguns sectores mais ligados ao Feminismo num sentido estrito (Berrocal, 2009), a nascente Arqueologia de Género, transcendendo a agenda política do Feminismo «de Segunda Vaga», aproximar-se-á das posturas epistemológicas da «Terceira Vaga» do Feminismo, ou do Pós-Feminismo, como por vezes é designado sobretudo pelos seus detractores. Assim, e desde logo, questiona-se a pertinência de uma investigação que pretende dar visibilidade às mulheres no Passado. De facto, por que razão deve caber às mulheres o ónus da prova da sua presença e relevância no registo arqueológico, quando este é, em última análise, igualmente silencioso sobre os homens? Por que razão parece natural ver homens por trás dos vestígios materiais de cultura, mas só com grande esforço e empenho se conseguem ver as mulheres? (Dowson, 2000a: 288).

Convergindo com o campo dos Estudos de Género e com a agenda pós-processual e, de uma forma mais lata, Pós-moderna, a Arqueologia de Género nega uma visão essencialista do passado e, sobretudo, uma inversão radicalizante que substitua o androcentrismo vigente por um ginocentrismo igualmente enviesado. Enfatizando, por outro lado, o carácter contextual e vivencial das Identidades de Género, bem como a subjectividade inerente à própria investigação, a Arqueologia de Género propõe hoje leituras eminentemente críticas do Passado, que abandonem definitivamente todos os essencialismos – incluindo a noção transversal e transcultural do patriarcado, tão cara ao Feminismo «de Segunda Vaga» – procurando abordar a experiência do Género na sua multiplicidade e dinamismo, mas também na sua intersecção com outras categorias identitárias (Meskell, 2001; Sweely, 1999).

A Arqueologia de Género, por oposição a uma Arqueologia Feminista num sentido mais estrito, engloba um conjunto muito diversificado de abordagens teóricas e metodológicas, de que destacaríamos a título de exemplo a progressiva afirmação de uma *Arqueologia Masculinista* que pretende expor a forma como, à semelhança do que se verificou relativamente ao discurso sobre as mulheres, também no que diz respeito à conceptualização dos homens o discurso arqueológico “tradicional” perpetuou acriticamente visões essencialmente preconceituosas, assentes no pressuposto de uma agressividade e competitividade masculina, obliterando a realidade complexa e culturalmente específica da construção da(s) Masculinidade(s) (Knapp, 1998).

Haveria ainda a referir um interesse crescente, embora ainda incipiente, pelo estudo das Sexualidades e das Identidades Sexuais (num sentido não biológico do termo) do Passado (Voss, 2007; 2008). O impacto da Teoria *Queer* no meio arqueológico é ainda muito limitado, o que de resto parece compreensível à luz da natureza daquele corpo teórico, vocacionado para a análise da relação social enquanto performance (*idem*). Não obstante, existem já alguns sugestivos vislumbres do potencial destas abordagens para “desestabilizar” – à boa maneira *Queer*, diríamos – a normatividade que caracteriza, ainda hoje, muito do discurso produzido sobre o Passado (Dowson, 2000a e b).

Presentemente, a abordagem ao Género em Arqueologia privilegia, assim, uma leitura crítica, que tendo sempre presente a complexidade das Identidades de Género, as formas complexas como estas interagem com outras categorias identitárias e o seu carácter histórica e culturalmente contingente, interioriza a necessidade de abordar o registo arqueológico de forma holística e desprovida de preconceitos. Verifica-se igualmente uma reconceptualização das próprias lógicas de Poder (Sweely, 1999; Kent, 1999), acentuando-se o carácter multi-modal deste; rejeita-se a forma essencialista como anteriormente se conceptualizou a história da dominação da mulher e a própria noção de patriarcado conforme a concebia o Feminismo «de Segunda Vaga», insistindo-se numa imagem mais complexa e matizada (Hernando Gonzalo, 2007; Díaz-Andreu, 2005: 35-8).

O que é hoje, afinal, a Arqueologia de Género?

A Arqueologia de Género é, presentemente, um campo teórico que congrega um conjunto muito diversificado de linhas epistemológicas, teóricas e metodológicas, mobilizando contributos muito diversos, em particular da área das Ciências Sociais. Confundi-la com a Arqueologia Feminista, num sentido mais estrito, é um equívoco recorrente – se, de facto, se pode argumentar (não sem algumas reservas) que a Arqueologia de Género se desenvolve a partir das críticas feministas ao androcentrismo vigente na prática e no discurso da Arqueologia, a verdade é que ao contrário daquela, se incorpora de forma bastante directa no corpo teórico pós-processual. A ênfase na visibilidade das mulheres e na Igualdade, no Presente e no Passado, é substituída por um interesse pela multiplicidade das experiências de Género e pela sua especificidade histórica e cultural.

Num certo sentido, a Arqueologia de Género alarga o escopo da análise feminista que a precede, incorporando num discurso de pendor crítico as experiências da Mulher, da(s) Masculinidade(s), da(s) Sexualidade(s), refutando os aspectos de normatividade anteriormente predominantes. O Género deixa de se encarar como categoria polarizada, homem/mulher,

para passar a ler-se como um contínuo dentro do qual se situam, em distintos pontos, as experiências individuais, mas também colectivas, consubstanciadas no registo arqueológico. Ao contrário do que alguns detractores têm afirmado (Berrocal, 2009: 26-7), a Arqueologia de Género não é uma empresa com pretensões de neutralidade ou desconectada de um projecto político. As suas relações crescentes com o campo dos Estudos de Género e com a Teoria *Queer* permitem-lhe introduzir num discurso crítico próprio das Ciências Sociais uma dimensão cronológica de grande profundidade e uma imagem de variabilidade no tempo e no espaço das Identidades e relações de Género. Casos etno-arqueológicos como o dos *two spirits* nativo-americanos, indivíduos considerados como um terceiro Género, geralmente ligados a tarefas rituais muito específicas (Gilchrist, 1999: 58 e ss.) não são apenas «casos curiosos», mas efectivamente uma chamada de atenção para o carácter contingente e complexo das Identidades de Género e uma advertência contra os pressupostos simplistas e uma leitura binária do Género, essencialmente limitadora (Voss, 2005). E, ao introduzir, como se disse, uma profundidade cronológica impossível de obter noutros campos disciplinares, a Arqueologia encerra um enorme potencial para a compreensão do devir histórico das relações de Género.

Por outro lado, a Arqueologia de Género não se aplica exclusivamente à leitura do Passado. É também uma abordagem epistemológica que herda e amplifica a tradição crítica feminista, continuando a análise da prática científica presente e passada (Wylie, 2007) e revendo criticamente a historiografia arqueológica (Díaz-Andreu e Sørensen, 1998), procurando uma disciplina crescentemente despida de preconceitos. A este respeito, é necessário que se diga que tanto a Arqueologia Feminista como muita da Arqueologia de Género tem rejeitado o relativismo epistemológico extremo típico do Pós-processualismo de linha mais dura (v. p. ex. Shanks e Tilley, 1987a e 1987b). Nesse sentido, e como se vem argumentando para a Arqueologia Feminista, também a Arqueologia de Género permite criar um discurso mais objectivo sobre o Passado, ao contrapor quer ao androcentrismo vigente quer a alguns putativos excessos ginocêntricos um factor crítico de correcção (Berrocal, 2009: 37).

A Arqueologia de Género desenvolve, presentemente, um conjunto importante de abordagens metodológicas de grande interesse, de que destacáramos a análise social dos contextos domésticos e a forma como o espaço é socialmente construído desde uma perspectiva de Género (Díaz Andreu, 2005: 31-5), as abordagens crescentemente mais críticas à iconografia, onde o impacto da Teoria *Queer* é particularmente evidente (Alberti, 2005; Dowson, 2000a) ou um cada vez maior interesse pelo papel produtivo das mulheres nas sociedades do Passado (Wright, 1996: 6-9).

3. A IDADE DO FERRO ORIENTALIZANTE: ALGUMAS NOTAS PARA UMA LEITURA NO ÂMBITO DA ARQUEOLOGIA DE GÉNERO

A chegada ao litoral peninsular de populações com origem no Mediterrâneo Oriental num momento recuado da primeira metade do I milénio a.C., hoje bem atestada arqueologicamente, implicou um conjunto muito substancial de transformações económicas, políticas, sociais e ideológicas, acelerando vectores de desenvolvimento que já se vinham insinuando nos momentos finais da Idade do Bronze e introduzindo outros essencialmente novos (Aubet, 1994; Arruda, 1999-2000).

A investigação desenvolvida nas últimas décadas sobre os modelos de implantação dessas populações exógenas e sobre o seu impacto no *hinterland* indígena permite hoje compreender, ainda que não de forma total e sem controvérsias, um panorama muito complexo e dinâmico, acentuado nos últimos anos pela compreensão crescente de que, para além das tradicionais instalações litorais – colónias e/ou feitorias –, em interacção dialéctica com povoados indígenas perfeitamente distintos e diferenciáveis, se encetaram outros tipos de instalação, em lógicas de muito maior proximidade e de (aparentemente) perfeita integração com as populações autóctones (Wagner, 1986; Wagner e Alvar, 1989; Escacena Carrasco e Izquierdo, 2001).

Esta nova percepção de uma colonização muito mais “pervasiva” enfatiza, por outro lado, a importância da componente indígena no processo histórico «Orientalizante», o que permite, na nossa opinião, colocar hoje questões interessantes e, em grande medida, novas ao registo arqueológico. Nesse sentido, referiremos desde logo um recente e estimulante trabalho que, inserido numa linha conceptual característica do pós-colonialismo, reflecte sobre a forma como se “negociaram os encontros” entre colonos orientais e indígenas (Vives-Ferrandiz Sánchez, 2005).

Uma das questões que permanece em grande medida por colocar no que à colonização fenícia e ao processo histórico subsequente diz respeito é, justamente, aquela de que nos vimos ocupando no presente trabalho: a questão específica das relações de Género e do papel das mulheres nesta dinâmica histórica concreta. Assinalaremos, contudo, a notável excepção a este panorama que constitui a investigação sobre o mundo dito Ibérico da Catalunha e Levante Peninsular, onde recentemente se têm vindo a desenvolver linhas de investigação no âmbito da Arqueologia das Mulheres e do Género de grande interesse (Rísquez Cuenca e Hornos Mata, 2005), que lograram já uma visibilização das mulheres naquele contexto cultural específico bem como, o que se nos afigura mais importante, uma efectiva reconceptualização das lógicas de Poder e das relações de Género.

Destacaremos o importante trabalho que se tem desenvolvido ao nível da leitura do papel das mulheres na religião Ibérica e da sua presença nos contextos de culto (Prados Torreira, 2007; Rueda Galán, 2007), pelas perspectivas com que contribui para o tema de investigação que vimos desenvolvendo, mas também a importante massa de dados proveniente das análises sociais e de Género aplicadas ao registo funerário (Izquierdo Peraile, 2007), que têm contribuído muitíssimo para expor as limitações das construções tradicionais sobre o Género e a sua expressão material nos contextos culturais proto-históricos (*idem*; Izquierdo Peraile e Prados Torreira, 2004: 161-4).

Estes trabalhos têm contribuído de forma decisiva para compreender, de forma mais equilibrada, a sociedade Ibérica e para reconceptualizar o papel da Mulher. Esta foi desde momentos muito recuados abordada sempre do ponto de vista dos estudos iconográficos, dado que entre a plástica Ibérica pontificam as abundantes figuras femininas, algumas delas extremamente célebres e emblemáticas, como a chamada Dama de Elche. As leituras dessas manifestações plásticas privilegiou, por outro lado, a sua reiterada identificação como divindades, obscurecendo de alguma forma a relevância social da Mulher Ibérica, que só dificilmente se concebia como digna de representação em peças de um tal valor artístico. Sucessivas reapreciações de conjunto, bem como o seu cruzamento, nos contextos funerários, com análises antropológicas permitiram rever essa imagem.

A este propósito gostaríamos, ainda que brevemente, de recordar o caso da Dama de Baza. Uma das mais conseguidas obras da plástica Ibérica, aquela terracota representando uma Dama sedente luxuosamente trajada e profusamente adornada com peças de joalharia, em pose digna e hierática, foi descoberta na chamada «Câmara 155» da Necrópole de Baza (Jaén), um sumptuoso monumento funerário onde, além da figura sedente se depôs um riquíssimo espólio, incluindo uma grande profusão de armas (associadas, tradicionalmente, à virilidade guerreira e, concomitantemente, a sepulturas masculinas) (Rísquez Cuenca e Hornos Mata, 2005: 308). A análise antropológica dos restos humanos exumados naquele monumento, contudo, revelou que este espólio acompanhava, afinal, uma mulher (Reverte Coma, 1986), dado que gerou uma enorme e sintomática controvérsia na investigação (Izquierdo Peraile e Prados Torreira, 2004: 164), mas que contribuiu decisivamente para desmontar certos procedimentos intelectuais que associavam mecanicamente determinados elementos de espólio a um Género específico. Além da excepcionalidade do espólio, em si mesma significativa, verificou-se ainda que a «Câmara 155» serviu como fulcro para a subsequente organização da Necrópole, associando-se-lhe posteriormente e de forma muito próxima um outro monumento, a «Câmara 176», onde se sepultou um aristocrata local (Rísquez Cuenca e Hornos Mata, 2005: 308; cf. tb. Izquierdo Peraile, 2007).

Uma outra vertente dos estudos iconográficos realizados ultimamente no mundo Ibérico adoptando uma postura própria da Arqueologia de Género incidiu sobre a representação de mulheres em ex-votos recuperados em contextos de culto (Rueda Galán, 2007). Uma análise dos tipos iconográficos daquelas oferendas permitiu compreender a enorme importância da religiosidade feminina e a marcadíssima presença das mulheres nos Santuários. Esta está também atestada em outros suportes, de que destacaríamos a escultura e a pintura vascular (Rísquez Cuenca e Hornos Mata, 2005: 297-302), estando registadas enquanto ofertantes, orantes, bailarinas e músicas, sendo pois possível entrever o papel chave que desempenhariam na vida ritual Ibérica (Prados Torreira, 2007: 222).

A este panorama opõe-se, de resto, um quase silêncio no que diz respeito ao papel da mulher no culto no mundo estritamente Fenício ocidental e no mundo Orientalizante que com ele contacta directamente, restringindo-se as menções a esse papel a reflexões, geralmente assentes nas fontes escritas, sobre a existência da prostituição sagrada nos santuários de *Gadir* e noutros que com aquele mantinham laços estreitos (Olmos, 1991).

Finalmente, gostaríamos ainda de nos referir a uma terceira linha metodológica adoptada nesta investigação sobre o Género no mundo Ibérico, a saber, a análise contextual do espaço doméstico (Rísquez Cuenca e Hornos Mata, 2005: 317-22). Trabalhos como o realizado para o povoado de Castellet de Bernabé, Liria, por Pierre Guerin (1999), em que os diferentes espaços domésticos são avaliados do ponto de vista dos espólios presentes, definindo-se a predominância em determinado espaço do elemento masculino ou feminino, permitem uma aproximação bastante informada à forma como o próprio espaço doméstico se compartimentava e dividia, bem como às características dos espaços femininos e à sua posição na hierarquia dos quotidianos, plasmados nas estruturas de e para a vida.

Se para o mundo Ibérico se tem verificado uma profusão de trabalhos e um avanço muito significativo na percepção do papel social, cultural e político da mulher na sociedade Ibérica, o panorama para o mundo colonial Fenício e para o mundo Orientalizante com ele vinculado é bastante mais desalentador. As abordagens têm privilegiado leituras do foro social genérico e do foro económico, enfatizando a importância do comércio.

Não obstante, os estudos sobre o impacto da colonização fenícia na estrutura mental, ideológica e religiosa das sociedades do Bronze Final em transição para a I Idade do Ferro (Belén e Marín Ceballos, 2005) permitem-nos hoje vislumbrar alguns aspectos que, julgo, não foram ainda suficientemente valorizados – ou não foram mesmo valorizados de todo – numa perspectiva de Arqueologia de Género. Desde logo, do ponto de vista dos estudos

iconográficos, há muito que se vem compreendendo que – excepção feita a *Gadir* que, com o seu fulcral Santuário de *Melqart*, divindade eminentemente política, constitui a vários títulos um mundo muito particular – os ciclos iconográficos femininos dominam esmagadoramente durante o Período Orientalizante (Bonnet, 1996: 127-133; Belén e Marín Ceballos, 2002; Marín Ceballos, 1978).

Recentemente tivemos oportunidade de proceder ao levantamento exaustivo dos elementos iconográficos presentes na Idade do Ferro do Sul do actual território português, tendo constatado a existência, também aí, de uma fortíssima ênfase num (ou em vários) ciclo(s) iconográfico(s) feminino(s), representado(s) por exemplo num conjunto de cabeças femininas de pasta vítrea exumado no Castelo de Castro Marim³, nas célebres arrecadas do «Tesouro do Gaio», Sines (AA.VV., 1996: 239), num ex-voto coroplástico do depósito votivo de Garvão, Ourique (Beirão *et al.*, 1985: 82), mas também na presença de motivos iconográficos como os felinos (em Alcácer do Sal, na Rua do Rato [Arruda *et al.*, no prelo], e no Castro da Azougada, Moura [Gomes, 1983]) ou as aves (nas Necrópoles do Baixo Alentejo [Beirão, 1986; Deus e Correia, 2005]), caracteristicamente associadas no contexto Mediterrânico, e particularmente próximo-oriental, a divindades femininas.

Por outro lado, abundam análises que, em última instância, versam sobre a construção da Masculinidade na Idade do Ferro Orientalizante (Martín Almagro, 1996; Gomes, 1983: 204 e ss.; Gomes, 1990: 83-5). Estas, assentando em leituras iconográficas e de cultura material, têm vindo a demonstrar – a nosso ver, correctamente – a existência de um “ciclo mitológico” associado à Heroicidade e de uma concepção social que assenta no ideal guerreiro, heróico – na *Areté*. Estes dados permitem-nos entrever a existência de um ideal de masculinidade nestas sociedades – cujo desenvolvimento de resto tem a sua origem no Bronze Final do Sudoeste, onde abundam as estelas com representações de panóplias de guerreiros e, mais tarde, dos próprios guerreiros, envergando já os primeiros elementos de prestígio oriundos dos contactos com o Mediterrâneo.

Estes trabalhos, por outro lado, enfatizam excessivamente, na nossa opinião, a importância deste ideal guerreiro no conjunto das sociedades em análise, e o panorama que traçamos brevemente acima ao nível da iconografia permite-nos propor, naturalmente de forma meramente hipotética, alguns matizes: de facto, a leitura tradicional no que diz respeito ao impacto da colonização e do comércio fenício no actual território português enfatiza a articulação dos interesses daqueles com os interesses das elites indígenas que, entrepondo-se

³ Estas peças permanecem inéditas. Devemos à amabilidade da Professora Doutora Ana Margarida Arruda a possibilidade que tivemos de as estudar.

como interlocutoras privilegiadas desse comércio, monopolizam a redistribuição dos bens de prestígio exógenos como forma de sustentarem o seu próprio ascendente social e concomitante poder político. No entanto, e de alguma forma, este discurso sobre elites parece, na sua formulação genérica e “descomprometida”, tender tacitamente para a conceptualização destas como um *ensemble* essencialmente masculino.

Silenciado tem ficado o papel mais que provável das mulheres, a vários títulos, havendo para nós várias interrogações que devem colocar-se: desde logo, e ainda que admitamos que a empresa colonial fenícia tenha sido predominante ou totalmente masculina, a verdade é que os pólos de fundação colonial que ganham alguma entidade não poderão depender, para a reprodução social, apenas dos contingentes chegados por via marítima – que tipo de dinâmicas de interligação matrimonial e sexual terão, pois, ligado os pólos fenícios aos povoados indígenas?; por outro lado, é bem sabido o papel que, na Antiguidade como em épocas bem mais próximas de nós, os matrimónios assumiam na negociação política e no estabelecimento de alianças e/ou relações clientelares – se sabemos, por exemplo, pelas fontes escritas, que antes e durante a II Guerra Púnica existiu uma política de casamentos entre mulheres da aristocracia Ibérica e os Bárcidas (Rísquez Cuenca e Hornos Mata, 2005: 294-5), não poderemos imaginar que dinâmicas desse tipo tenham jogado um papel relevante na “negociação de encontros” também no período Fenício Arcaico/Orientalizante?; e, finalmente, se hoje sabemos, como se dizia acima, que se verificou uma presença efectiva e prolongada de comunidades fenícias dentro e em proximidade com povoados indígenas, não será lícito indagar que normas sexuais terão prevalecido na convivência tão próxima entre populações diferenciadas?

São questões a que os dados actualmente disponíveis dificilmente podem responder. Se o potencial da iconografia, que referimos, é grande, o facto de muitos materiais iconográficos não disporem de qualquer contexto limita uma boa parte do seu potencial. Interessantes são, naturalmente, aqueles que provêm de contextos seguros, como as cabeças femininas de pasta vítrea de Castro Marim, seguramente associadas a um contexto de culto ou, em menor grau, os ex-votos do Castelo de Alcácer do Sal, recentemente dados a conhecer (Gomes, 2008).

Gostaríamos de nos deter neste último conjunto. Exumado em trabalhos arqueológicos preventivos, em contextos ainda mal conhecidos e aparentemente escavados de forma algo aleatória, parece não obstante seguro que se encontra associado a uma estrutura de culto. Dos vinte e três ex-votos seguramente provenientes deste putativo santuário, doze representam figuras humanas: dois orantes/ofertantes, interpretados como masculinos, cinco

orantes masculinos, ictifálicos, e um outro de sexo indeterminado mas aparentemente masculino, duas orantes femininas e dois guerreiros, ictifálicos. Destacaríamos ainda um conjunto de peças de proveniência desconhecida, depositadas na Biblioteca Nacional de Lisboa, mas estudadas conjuntamente com as peças de Alcácer do Sal (*idem*) onde se incluem duas figuras cuja indumentária – gorro pontiagudo, capa e manto – foi cuidadosamente representada, ao contrário dos restantes ex-votos, e que poderiam corresponder a figuras femininas (a indumentária, sobretudo o gorro, tem, a nosso ver, algumas parecenças com representações femininas da pintura vascular Ibérica). O conjunto dos materiais exumados – estão também muito bem representados os ex-votos representando bovídeos – parece indicar que o tipo de culto realizado neste santuário se prenderia com questões de fertilidade e fecundidade, sendo bastante sugestiva neste contexto a presença do elemento feminino.

Para além dos estudos iconográficos, a abordagem ao Género nos contextos da Idade do Ferro do Sul do actual território português encontra numerosas limitações. Por exemplo, do ponto de vista da análise dos contextos funerários e da paleopatologia e paleodemografia destas populações, deparamo-nos por um lado com um ainda amplo desconhecimento dos contextos de Necrópole e, por outro, nas Necrópoles que efectivamente conhecemos, com a quase total ausência de restos osteológicos conservados. No panorama da Arqueologia da Morte do Sul do actual território português pontificam, pela sua abundância e pela intensidade da investigação que sobre elas se debruçou, as Necrópoles do Baixo Alentejo, nomeadamente da região de Ourique (Beirão, 1986; Arruda, 2001; Arruda, 2004). Aí a organização interna das Necrópoles tem sido interpretada como seguindo critérios genealógicos e de linhagem, pelo que seria sumamente interessante compreender a que correspondem, do ponto de vista demográfico, as hierarquizações patentes nas relações espaciais entre monumentos. No entanto, os solos da região são particularmente ácidos, e não se puderam recuperar quaisquer evidências osteológicas. Noutra Necrópole emblemática, a do Olival do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (Paixão, 1970; Arruda, 1999-2000: 72-86), praticou-se ao longo de toda a sua diacronia o ritual de incineração, pelo que os dados antropológicos se encontram irremediavelmente comprometidos. Por outro lado, a antiguidade dos primeiros trabalhos de escavação, realizados nos anos 20 do Século passado, e a ausência de quaisquer estudos (e em grande medida mesmo de qualquer tipo de publicação) sobre os trabalhos mais recentes, dos anos 60 e 80, não permitem quaisquer leituras finas. A identificação de novos conjuntos funerários sidéricos nos últimos anos em contextos de Arqueologia de emergência (Santos *et al.*, 2007) abre novas perspectivas, sendo de esperar que o estudo circunstanciado dos mesmos venha a suprir algumas das lacunas por ora subsistentes.

Do ponto de vista da leitura dos espaços domésticos e da construção social do espaço, falta fazer praticamente tudo. As áreas escavadas permanecem, apesar dos melhores esforços da investigação mais recente, bastante reduzidas, e faltam sobretudo os *despoblados* – povoados sem ocupação romana subsequente que altere e/ou mascare as pré-existências – que são relativamente abundantes noutras áreas. Não obstante, e do ponto de vista da investigação que temos em curso, é sobretudo importante a descoberta nos últimos anos de um conjunto importante de edifícios de cariz “singular”, seguramente conotados com práticas culturais (Arruda e Celestino Pérez, 2009). A análise destes e dos contextos com eles associados de um ponto de vista da Arqueologia de Género, bem como o crescente debate em torno de algumas realidades bem conhecidas, como Abul A (Mayet e Silva, 2000), permitirão, na nossa opinião, a prazo, abrir novas perspectivas de investigação.

4. REFLEXÕES FINAIS

O Género é hoje uma das categorias identitárias mais debatidas e abordadas no campo das Ciências Sociais. Também em Arqueologia esse debate deve, cada vez mais, estar presente, promovendo-se um constante questionar crítico da forma como se organiza a prática arqueológica, como se realiza a leitura do registo e como se produz o discurso sobre o passado (Wylie, 2007). A Arqueologia, permitindo atingir uma profundidade cronológica ímpar, presta-se particularmente à manipulação legitimadora do presente, pelo que é particularmente importante que os seus praticantes estejam conscientes da complexidade envolvida na definição, vivência e representação das Identidades de Género. Impõe-se, pois, uma abordagem crítica ao Passado, livre de preconceitos, que permita um sempre crescente ganho de objectividade.

A questão das Identidades e relações de Género na Idade do Ferro “Orientalizante” do Sul do actual território português permanece, de forma virtualmente total, por abordar. Esboçámos acima algumas interrogações que reputamos pertinentes, e cuja análise criteriosa e cuidada poderá, a prazo, e apesar das limitações existentes, produzir uma imagem mais completa e mais pormenorizada da vivência das sociedades sidéricas, da dinâmica da sua interacção com as populações forâneas que terão frequentado e que se terão, inclusivamente, instalado no litoral hoje português e do seu devir histórico.

As evidências que maneámos, embora ainda ténues, permitem extrair algumas ilações. Desde logo, gostaríamos de insistir na ideia de que o Poder deve ser conceptualizado como uma realidade multi-modal (Hernando Gonzalo, 2007), e que as relações de Género não devem ler-se numa perspectiva essencialista. Ainda que se possam admitir lógicas de subordinação, não se deve assumir que esta é universalmente aceite sem resistência, traçando uma imagem

essencialmente passiva da Mulher. De facto, a investigação relativa à Mulher no mundo Ibérico mostra, à saciedade, que existiam mulheres de elevado – elevadíssimo – estatuto, e que o elemento feminino é virtualmente omnipresente num segmento tão fundamental para uma sociedade tradicional como é a prática religiosa e cultural. Também na nossa área de estudo, o Sul do actual território português, existem evidências, ao longo de toda a Idade do Ferro, da ubiquidade do sagrado feminino, a par de um discurso, quiçá de maior visibilidade, que privilegia a figura masculina e o ideal do guerreiro.

Não dispomos do tipo de evidência disponível para a área Ibérica, mas não deixa de ser sugestivo supor, por analogia, que também aqui as mulheres jogassem, a vários títulos, um papel político-social importante. Para além do seu mais que provável papel na organização do culto, teriam também com grande probabilidade uma importância fulcral no estabelecimento de laços políticos e sociais com as populações exógenas que frequentaram e plausivelmente se instalaram neste território. Não saberíamos contudo avaliar, com os dados de que dispomos hoje, o peso que poderão ter jogado as alianças matrimoniais, as lógicas de miscigenação e a circulação de mulheres (ou de homens...) na “negociação de encontros” nas paisagens coloniais da I Idade do Ferro. Julgamos que o desenvolvimento da investigação, a descoberta de novos contextos e a intervenção noutros conhecidos desde há muito mas nunca amplamente estudados, a par de uma crescente tomada de consciência da importância do Género enquanto categoria analítica e enquanto tópico de investigação a contemplar nas agendas com que se abordam os sítios e contextos estudados, permitirão num futuro próximo suprir muitas das lacunas que lamentavelmente subsistem ao nível da percepção das relações de Género na Idade do Ferro do Sul do actual território português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV. – *De Ulisses a Viriato: o I milénio a.C.*. Lisboa: MNA, 1996.

ALBERTI, Benjamin – Bodies in Prehistory: Beyond the Sex/Gender Split. In FUNARI, Pedro Paulo, ZARANKIN, Andrés e STOVEL, Emily (eds.) – *Global Archaeological Theory. Contextual Voices and Contemporary Thoughts*. Nova Iorque: Kluwer Academic Press/ Plenum Publishers, 2005, pp. 107-120.

ALMAGRO GORBEA, Martín – *Ideología y Poder en Tartessos y el mundo Ibérico*. Madrid: Real Academia de Historia, 1996.

ARRUDA, Ana Margarida – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea, Vol. 5-6. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra, 1999-2000.

ARRUDA, Ana Margarida – A Idade do Ferro Pós-Orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. Volume 4, n.º 2 (2001), pp. 207-291.

ARRUDA, Ana Margarida – Necrópoles proto-históricas do sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante. In GONZÁLEZ PRATS, Alfredo (ed.) – *El mundo funerario. Actas del III Seminario Internacional sobre Temas Fenicios*. Alicante: Universidad de Alicante, 2004, pp. 457-494.

ARRUDA, Ana Margarida e CELESTINO PÉREZ, Sebastián – Arquitectura Religiosa en Tartessos. In MATEOS CRUZ, Pedro e CELESTINO PÉREZ, Sebastián (eds.), *Santuários, oppida y ciudades. Arquitectura religiosa en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. Madrid: CSIC, 2009, pp. 457-494.

ARRUDA, Ana Margarida, FERREIRA, Marissol, SOUSA, Elisa de, LOURENÇO, Pedro, LIMA, Joana e CARVALHO, António Rafael (n.p.) – Contributos para o conhecimento da Idade do Ferro de Alcácer do Sal: os dados da Rua do Rato.

AUBET, María Eugénia – *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. 2.ª ed. Madrid: Crítica, 1994.

BARRETT, John – Habitus. In RENFREW, Colin e BAHN, Paul (eds.) – *Archaeology. The Key Concepts*. Londres: Routledge, 2005, pp. 141-146.

BEAUVOIR, Simone de – *Le Deuxième Sexe*. 1.ª ed. Paris: Gallimard, 1949.

BEIRÃO, Caetano de Mello (1986) – *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (Ier Âge du Fer)*. 1.ª ed. Paris: Éditions du Boccard, 1986.

BEIRÃO, Caetano de Mello, SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina, GOMES, Mário Varela, e GOMES, Rosa Varela – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Série IV, n.º 3 (1985), pp. 45-135.

BELÉN, María e MARÍN CEBALLOS, María Cruz – Diosas y leones en el período orientalizante de la Península Ibérica. *SPAL*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, n.º 11 (2002), pp. 169-196.

BELÉN, María e MARÍN CEBALLOS, María Cruz – El fenómeno Orientalizante en su vertiente religiosa. In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier e CELESTINO PÉREZ, Sebastián (coords.) – *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC, 2005, pp. 441-466.

BERROCAL, M. C. – Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica. *Trabajos de Prehistoria*, 66:2, pp. 25-43. Madrid: CSIC. Volume 62, n.º 2 (2009), pp. 25-43.

BONNET, Corinne – *Astarté. Dossier documentaire et perspectives historiques*. Roma: CNR, 1996.

BOURDIEU, Pierre – *Outline of a Theory of Practice*. 1.ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BRUMFIEL, Elisabeth – Hilos de continuidad y cambio. Tejiendo unidad en antropología. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: CSIC. Volume 64, n.º 2 (2007), pp. 21-35.

BUTLER, Judith – *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. 1.ª ed. Londres: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith – *Bodies That Matter. On the Discursive Limits of Sex*. 1.ª ed. Nova Iorque: Routledge, 1993.

CASCAIS, António Fernando – Um Nome Que Seja Seu: dos Estudos Gays e Lésbicos à Teoria Queer. In CASCAIS, António Fernando (org.) – *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer*. Lisboa: Fenda, 2004, pp. 21-89.

CONKEY, Margaret e SPECTOR, Janet – Archaeology and the Study of Gender. In SCHIFFER, Michael (ed.) – *Advances in Archaeological Method and Theory*. Nova York: Academic Press. N.º 7 (1984), pp. 1-38.

DAHLBERG, Frances (ed.) – *Woman the Gatherer*. 1.ª ed. New Haven: Yale University Press, 1981.

DEUS, Maria de e CORREIA, José – Corte Margarida. Mais uma Necrópole Orientalizante no Baixo Alentejo. In JIMÉNEZ ÁVILA, Javier e CELESTINO PÉREZ, Sebastián (eds.) – *El Período Orientalizante*. Madrid: CSIC, 2005, pp. 615-618.

DÍAZ-ANDREU, Margarita – Género y Arqueología: una nueva síntesis. In SÁNCHEZ ROMERO, Margarita (ed.) – *Arqueología y Género*. Granada: Universidad de Granada, 2005, pp. 13-51.

DÍAZ-ANDREU, Margarita e SØRENSEN, Marie Louise – Excavating Women. Towards an engendered history of archaeology. In DÍAZ-ANDREU, Margarita e SØRENSEN, Marie Louise (eds.) – *Excavating Women. A history of women in European archaeology*. Londres: Routledge, 1998, pp. 1-27.

DOWSON, Thomas – Homosexuality, *Queer Theory* and Archaeology. In THOMAS, Julian (ed.) – *Interpretive Archaeology. A reader*. Londres: Leicester University Press, 2000a, pp. 283-289.

DOWSON, Thomas – Why Queer Archaeology? An Introduction. *World Archaeology*. Londres: Taylor&Francis. Volume 32, n.º 2 (2000b), pp. 161-5.

ESCACENA CARRASCO, José Luís e IZQUIERDO, Rocío – Oriente en Occidente: Arquitectura civil y religiosa en un “barrio fenicio” de la Caura tartésica, In RUIZ MATA, Diego e CELESTINO PÉREZ, S. (eds.) – *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: CSIC, 2001, pp. 159-171.

FEDIGAN, Linda Marie – Is Primatology a Feminist Science? In HAGER, Lori (ed.) – *Women in Human Evolution*. Londres: Routledge, 1997, pp. 55-73.

FOUCAULT, Michel – *Histoire de la Sexualité*, I, *La volonté de savoir*. 1.ª ed. Paris: Gallimard, 1976.

FOUCAULT, Michel – *Histoire de la Sexualité*, II, *L’usage des plaisirs*. 1.ª ed. Paris: Gallimard, 1984a.

FOUCAULT, Michel – *Histoire de la Sexualité*, III, *Le souci de soi*. 1.ª ed. Paris: Gallimard, 1984b.

GERO, Joan e CONKEY, Margaret (eds.) – *Engendering Archaeology. Women and Prehistory*. 1.ª ed. Oxford: Blackwell, 1991.

GILCHRIST, Rebecca – *Gender and Archaeology. Contesting the Past*. 1.ª ed. Londres: Routledge, 1999.

GOMES, Esmeralda – *Os ex-votos proto-históricos do Castelo de Alcácer do Sal*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Dissertação de Mestrado.

GOMES, Mário Varela – El «*smiting god*» de Azougada (Moura). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: CSIC. N.º 40 (1983), pp. 199-220.

GOMES, Mário Varela – O Oriente no Ocidente. Testemunhos iconográficos na Proto-história do Sul de Portugal: *smiting gods* ou deuses ameaçadores. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da FCSH-UNL. N.º 1 (1990), pp. 53-106.

GUERIN, Pierre – Hogares, molinos, telares. El Castellet de Bernabé y sus ocupantes. *Arqueología Espacial*. Teruel: Universidad de Zaragoza. N.º 21 (1999), pp. 85-99.

HAGER, Lori (ed.) – *Women in Human Evolution*. 1.ª ed. Londres: Routledge, 1997.

HALL, Donald – Gender and Queer Theory. In MALPAS, Simon e WAKE, Paul (eds.) – *The Routledge Companion to Critical Theory*. Londres: Routledge, 2006, pp. 102-114.

HEKMAN, Susan – Feminism. In MALPAS, Simon e WAKE, Paul (eds.) – *The Routledge Companion to Critical Theory*. Londres: Routledge, 2006, pp. 91-101.

HERNANDO GONZALO, Almudena – Sexo, Género y Poder. Breve reflexión sobre algunos conceptos manejados en la Arqueología del Género. *Complutum*. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. N.º 18 (2007), pp. 167-174.

INSOLL, Timothy – Introduction. Configuring Identities in Archaeology. In INSOLL, Timothy (ed.) – *The Archaeology of Identities. A reader*. Londres: Routledge, 2007, pp. 97-118.

IZQUIERDO PERAILE, Isabel – Arqueología de la muerte y el estudio de la sociedad: Una visión desde el género en la Cultura Ibérica. *Complutum*. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. N.º 18 (2007), pp. 247-261.

IZQUIERDO PERAILE, Isabel e PRADOS TORREIRA, Lurdes – Espacios Funerarios y Religiosos en la Cultura Ibérica: Lecturas desde el Género en Arqueología. *Spal*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla. N.º 13 (2004), pp. 155-180.

KENT, Susan – Egalitarianism, equality, and equitable power. In SWEELY, Tracy (ed.) – *Manifesting Power. Gender and the interpretation of power in archaeology*. Londres: Routledge, 1999, pp. 30-48.

KNAPP, Alan – Boys will be boys: masculinist approaches to a gendered archaeology. In HAYSGILPIN, Kelley e WHITLEY, David (eds.) – *Reader in Gender Archaeology*. Londres: Routledge, 1998, pp. 365-373.

LEE, Richard e DeVORE, Irvén (eds.) – *Man the Hunter*. 1.ª ed. Chicago: Aldine, 1968.

MARÍN CEBALLOS, María Cruz – Documents pour l'étude de la religion phénico-punique dans la Péninsule Ibérique. Astarté. *Actes du Deuxième Congrès International d'étude des Cultures de la Méditerranée Occidentale*. Alger: Université d'Alger, 1978, pp. 21-32.

MESKELL, Lynn – Archaeologies of Identity. In HODDER, Ian (ed.) – *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 2001, pp. 187-213.

OLMOS, Ricardo – “*Puellae Gaditanae*”: heteras de Astarté? *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: CSIC. N.º 64 (1991), pp. 99-109.

O'ROURKE, Michael – Que há de tão *Queer* na Teoria *Queer* por-vir? *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. N.º 76 (2006), pp. 127-140.

PAIXÃO, António Cavaleiro – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1970. Tese de Licenciatura.

PRADOS TORREIRA, Lurdes – Mujer y espacio sagrado: Haciendo visibles a las mujeres en los lugares de culto de época ibérica. *Complutum*. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. N.º 18 (2007), pp. 217-215.

REVERTE COMA, José Manuel – Informe antropológico y paleopatológico de los restos cremados de la dama de Baza. *Estudios de Iconografía II, Coloquio sobre el Puteal de la Moncloa*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional, 1986, pp. 187-192.

RÍSQUEZ CUENCA, Carmen e HORNOS MATA, Francisca – Mujeres Iberas. Un estado de la cuestión. In SÁNCHEZ ROMERO, Margarita (ed.) – *Arqueología y Género*. Granada: Universidad de Granada, 2005, pp. 283-333.

RUEDA GALÁN, Carmen – La mujer sacralizada: La presencia de las mujeres en los santuarios (lectura desde los exvotos de bronce ibéricos). *Complutum*. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. N.º 18 (2007), pp. 227-235.

SANTOS, Filipe, ANTUNES, Ana Sofia, GRILO, Carolina e DEUS, Maria de – A Necrópole da Idade do Ferro de Palhais (Beringel, Beja). Resultados Preliminares de uma Intervenção de Emergência no Baixo Alentejo. *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Huelva, 2009, pp. 746-804.

SHANKS, Michael e TILLEY, Cristopher – *Re-Constructing Archaeology*. 1.ª ed. Londres: Routledge, 1987a.

SHANKS, Michael e TILLEY, Cristopher – *Social Theory and Archaeology*. 1.ª ed. Londres: Polity Press, 1987b.

SWEELY, Tracy– Introduction. In SWEELY, Tracy (ed.) – *Manifesting Power. Gender and the interpretation of power in archaeology*. Londres: Routledge, 1999, pp. 1-14.

VIVES-FERRÁNDIZ SÁNCHEZ, Jaime – *Negociando Encuentros. Situaciones coloniales e intercambios en la costa oriental de la península ibérica (s. VIII-VI a.C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra, 12 (2005).

VOSS, Barbara – Sexual Subjects: Identity and Taxonomy in Archaeological Research. In CASELLA, Eleanor e FOWLER, Chris (eds.) – *The Archaeology of Plural and Changing Identities. Beyond Identification*. Londres: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2005, pp. 55-77.

VOSS, Barbara – Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. In INSOLL, Timothy (ed.) – *The Archaeology of Identities. A reader*. Londres: Routledge, 2007, pp. 124-136.

VOSS, Barbara – Sexuality Studies in Archaeology. *Annual Review of Anthropology*. Palo Alto: Annual Reviews. N.º 37 (2008), pp. 317-336.

WAGNER, Carlos – Notas en torno a la aculturación en Tartessos. *Gérion*. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. N.º 4 (1986), pp. 129-160.

WAGNER, Carlos e ALVAR, Jaime – Fenicios en Occidente: La colonización agrícola, *Rivista di Studi Fenici*. Roma: Fabrizio Serra. Volume 17, n.º 1 (1989), pp. 61-102.

WHELEHAN, Imelda – *Modern Feminist Thought. From the Second Wave to 'Post-Feminism'*. 1.ª ed. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1995.

WRIGHT, Rita – Introduction: Gendered Ways of Knowing in Archaeology. In WRIGHT, Rita (ed.) – *Gender and Archaeology*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1996, pp. 1-19.

WYLIE, Allison – The constitution of archaeological evidence. Gender politics and science. In INSOLL, Timothy (ed.) – *The Archaeology of Identities. A reader*. Londres: Routledge, 2007, pp. 97-118.